



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Análise dos efeitos do crescimento económico sobre as desigualdades nos países em desenvolvimento

Herculano Dias Kambundu Abreu

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Economia

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Pedro Cunha Neves

Covilhã, Junho de 2019

Dedicatória

Gostaria de dedicar este trabalho de dissertação ao meu estimado tio João Manuel Tiago Sampaio.

Agradecimentos

Graças te dou SENHOR pelo dom da vida que me concedeste e por me ter protegido até este momento.

Aos meus pais Júlio Abreu e Ermelinda Cassinda e ao meu tio João Manuel Tiago Sampaio (Tio Juani) fostes vencedores por me terdes guiado e ajudado na conclusão desta minha fase da vida académica, este título pertence a vós.

À equipa Docente do Universidade da Beira Interior mormente a equipa do segundo ciclo de economia, o meu muito obrigado por me terem brindado por ilustres Professores Doutores.

Ao Professor Doutor Pedro Cunha Neves, por aceitar trabalhar comigo, pela admiração, pela paciência, carinho e coragem que não se cansou de transmitir, os meus sentidos de agrado.

Colegas, amigos, familiares e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para este feito, fostes máximos.

Resumo

O presente estudo analisa empiricamente o efeito do crescimento económico sobre as desigualdades de rendimento nos países em desenvolvimento. A literatura empírica sobre o tema tem chegado a resultados não consensuais: apesar de existir alguma evidência que confirma a curva de Kuznets para os países mais desenvolvidos, a relação entre crescimento e desigualdade nos países em desenvolvimento parece ser mais complexa. Neste estudo, são estimadas várias regressões usando dados em painel e estimadores de efeitos fixos. Os resultados demonstram que, em geral, a taxa de crescimento económico tem um efeito negativo moderado sobre as desigualdades de rendimento nos países em desenvolvimento. Quando a amostra é desagregada por grupos, os resultados mostram que esse efeito negativo é mais pronunciado em países da América Latina e Caraíbas, em países autocráticos e em países colonizados, o que sugere que as características institucionais, económicas e políticas dos países influenciam a relação crescimento-desigualdade.

Palavras-chave

Crescimento económico, desigualdade de rendimento, países em desenvolvimento, níveis de rendimento, colonização, regimes políticos.

Abstract

This study analyses empirically the effect of economic growth on income inequality in developing countries. The empirical literature on this theme has not reached consensual results: although there is some evidence that confirms the Kuznets curve for developed countries, the relation between economic growth and inequality in developing countries is more complex. In this study, several regressions are estimated using panel data and fixed effects estimators. The results show that, in general, the economic growth rate has a negative moderate effect on income inequality in developing countries. When the sample is disaggregated in groups, the results show that the negative effect is more pronounced in Latin American and Caribbean countries, in autocratic countries and in colonized countries, which suggests that the institutional, economic and political characteristics of countries influence the growth-inequality relation.

Keywords

Economic growth, income inequality, developing countries, income levels, colonization, political regimes.

Índice

1 - Introdução	1
2 - Revisão da Literatura	3
2.1 Teorias do Crescimento Económico	3
2.1.1 Modelo de Harrod (1939) e Domar (1946)	3
2.1.2 Modelo Neoclássico de Crescimento exógeno	4
2.1.3 Modelos de crescimento Endógeno	4
2.2 Desigualdade de Rendimento	6
2.2.1 Medição da desigualdade rendimento	7
2.3 Abordagens que explicam o impacto da desigualdade de rendimento sobre o crescimento económico	8
2.4 Abordagens que explicam o impacto do crescimento económico sobre a desigualdade de rendimento	10
3 - Dados e metodologia	15
3.1 Modelo de Estudo	15
3.2 Descrição dos Dados e Fontes de Recolhas de Dados	16
3.3 Desigualdade e Crescimento: alguns dados estatísticos	16
3.4 Estratégia de estimação	21
4 - Resultados e discussão	21
4.1 Apresentação de Resultados	23
4.2 Discussão de Resultados	28
5. Conclusões	29
Referencias bibliográficas	31
Anexos	37

Lista de Figuras

Figura 1: Evolução da taxa de crescimento económico para toda a amostra

Figura 2: Evolução da taxa de crescimento económico nos países da África Subsariana

Figura 3: Evolução da taxa de crescimento económico nos países da Europa e Ásia Central

Figura 4: Evolução da taxa de crescimento económico nos países do Sudeste Asiático e Pacífico

Figura 5: Evolução da taxa de crescimento económico nos países do Médio Oriente e Norte de África

Figura 6: Evolução da taxa de crescimento económico nos países da América Latina e Caraíbas

Figura 7: Evolução do gini para toda a amostra

Figura 8: Evolução do gini nos países da África Subsariana

Figura 9: Evolução do gini nos países da Europa de Leste e Ásia Central

Figura 10: Evolução do gini nos países do Sudeste Asiático e Pacífico

Figura 11: Evolução do gini nos países da América Latina e Caraíbas

Figura 12: Evolução do gini nos países do Médio Oriente e Norte de África

Figura 13: Evolução da taxa de crescimento económico no Brasil

Figura 14: Evolução do gini no Brasil

Figura 15: Evolução da taxa de crescimento económico na Rússia

Figura 16: Evolução do gini na Rússia

Figura 17: Evolução da taxa de crescimento económico da China

Figura 18: Evolução do gini na China

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução da taxa de crescimento económico (valores médios)

Tabela 2: Evolução do gini (valores médios)

Tabela 3: Teste de Hausman

Tabela 4: Regressão para a totalidade da amostra

Tabela 5: Regressões por tipo de rendimento

Tabela 6: Regressões por localização geográfica

Tabela 7: Regressões por tipo de colonização

Tabela 8: Regressões por tipo de regime político

Lista de Acrónimos

ECA:	Economic Commission for Africa;
ECE:	Economic Commission for Europe;
ECLAC:	Economic Commission for Latin America and the Caribbean;
ESCAP:	Economic and Social Commission for Asia and the Pacific;
ESCWA:	Economic and Social Commission for Western Asia;
FE:	Fixed effect (efeito fixo);
G:	Taxa de crescimento económico;
GINI:	Índice de Gini;
H e D:	Harrod e Domar;
IND:	Valor do PIB per capita proveniente do setor industrial;
INF:	Inflação;
LIS:	Luxembourg Income Study;
OCDE:	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico;
PIB:	Produto Interno Bruto;
Ppp:	Paridade do poder de compra;
RE:	Random effects (efeitos aleatórios);
RN:	Recursos naturais;
SCM:	Anos de escolaridade no ensino secundário;
UN/DESA:	United Nations Department of Economic and Social Affairs;
UNCTAD:	United Nations Conference on Trade and Development;
UNU-WIDER:	United Nations University World Institute for Development Economics Research;
VIF:	Variance inflation factor.

1 - Introdução

O estudo da relação entre o crescimento económico e desigualdades tem sido bastante explorado na literatura. No entanto, a literatura tem-se debruçado mais sobre o impacto da desigualdade sobre o crescimento económico e não tanto sobre a relação entre as duas variáveis em sentido contrário, ou seja, como é que o crescimento económico influencia as desigualdades.

Relativamente ao primeiro tipo de literatura, diferentes estudos teóricos e empíricos têm sido desenvolvidos, analisando a forma como diferentes dimensões e tipos de desigualdade afetam o crescimento económico, resultando em mecanismos específicos através dos quais a desigualdade e o crescimento interagem (Neves & Silva, 2014). A maior parte destes estudos tem-se focado, no entanto, no impacto sobre o crescimento económico de um tipo específico de desigualdade - a desigualdade na distribuição pessoal do rendimento. Os resultados obtidos a este nível não são consensuais, pois há vários estudos que estimam um efeito negativo das desigualdades sobre o crescimento económico, outros estudos estimam um efeito positivo, e outros ainda que apresentam resultados ambíguos ou inconclusivos (Alesina & Rodrik, 1994; Barro, 2000; Forbes, 2000; Banerjee & Duflo, 2003; Herzer & Vollmer, 2012).

Relativamente ao impacto do crescimento económico sobre as desigualdades, a literatura desenvolveu-se a partir do artigo seminal de Simon Kuznets (1955). Usando dados históricos dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, Kuznets verificou que existe uma relação histórica entre a desigualdade na distribuição dos rendimentos e o nível de rendimento per capita de um país. Kuznets encontrou uma relação entre as duas variáveis em forma de U invertido, querendo dizer que na fase inicial de desenvolvimento o aumento no crescimento económico tende de gerar desigualdades, mas a partir de um certo nível de desenvolvimento mais crescimento tende a reduzir as desigualdades. Alguns artigos posteriores vieram confirmar a validade da curva de Kuznets, sobretudo em países mais desenvolvidos (Kravis, 1960; Stiglitz, 1969; Ahluwalia, 1976; Eusufzai, 1997; Treillet, 1999). No entanto, para os países em desenvolvimento os resultados dos efeitos do crescimento económico sobre as desigualdades são pouco consensuais. De facto, a experiência recente de crescimento de alguns países em desenvolvimento sugere que o crescimento económico pode afetar as desigualdades de formas bastante distintas. Por exemplo, no caso da China, o elevado nível de crescimento tem contribuído para o aumento das desigualdades, mas já para o caso do Brasil no início do século XXI os elevados níveis de crescimento foram acompanhados pela redução das desigualdades. De igual modo, o crescimento acentuado de alguns países asiáticos nas últimas décadas nem sempre foi acompanhado de um agravamento das desigualdades.

Existe, portanto, uma série de fatores que parecem influenciar o impacto do crescimento económico sobre as desigualdades e que poderão explicar diferentes padrões em diferentes partes do mundo, sobretudo em países em desenvolvimento. Pretendemos, assim, analisar

empiricamente o efeito do crescimento económico sobre as desigualdades nos países em desenvolvimento e perceber e como é que este efeito pode ser influenciado por diferenças nas características institucionais, políticas e económicas. De facto, dada a heterogeneidade existente no universo dos países em desenvolvimento quanto à qualidade e origem das instituições, aos regimes políticos e à trajetória económica, é de esperar que estas características possam influenciar o modo como o crescimento económico influencia as desigualdades.

Assim, este trabalho pretende responder às seguintes questões: como é que o crescimento económico influencia o nível de desigualdade na distribuição dos rendimentos em países em desenvolvimento? Como é que essa influência depende das características institucionais, políticas e económicas dos países?

Para o efeito, irão ser usados dados em painel para um conjunto de vários países em desenvolvimento compreendidos entre 1960 e 2014. As regressões serão estimadas por efeitos fixos. Os resultados demonstram que, em média, considerando o conjunto dos países em desenvolvimento, o crescimento económico tem contribuído de forma ténue para reduzir as desigualdades. Esta influência tem sido, no entanto, mais pronunciada em países da América Latina, nos países colonizados por Portugal e por Espanha e nos países com regimes mais autoritários.

O restante estudo está organizado da seguinte forma: a segunda secção é de carácter teórico, onde se irá proceder à revisão da literatura sobre o tema. A terceira secção apresentará a metodologia utilizada, o modelo estimado e as variáveis que o constituem, a amostra, as fontes de dados, o método de estimação e alguns dados estatísticos gerais. Na quarta secção serão apresentados os resultados das estimações, os comentários aos mesmos e a discussão das suas implicações. Na quinta secção apresentamos as principais conclusões do estudo e algumas implicações de política.

2 - Revisão da Literatura

Esta secção fará uma apresentação do estado da arte da literatura em torno da relação entre desigualdade e crescimento económico. Primeiro, serão apresentadas as principais teorias e modelos do crescimento económico e os principais conceitos e medidas de desigualdade, com especial enfoque na desigualdade na distribuição pessoal do rendimento. Em seguida, apresentaremos as principais abordagens que explicam o impacto da desigualdade sobre o crescimento económico. Finalmente, serão apresentados os principais resultados dos estudos que analisam o efeito do crescimento económico sobre as desigualdades, o que representa o objeto do presente trabalho.

2.1 Teorias do Crescimento Económico

Uma das definições mais usadas de crescimento económico foi expressa por Kuznets em Estocolmo, na academia sueca, na data da atribuição do seu prémio Nobel. Assim, Kuznets definiu “O crescimento económico de um país como sendo o aumento a longo prazo da sua capacidade de oferecer à população bens económicos cada vez mais diversificados, baseando-se esta capacidade crescente numa tecnologia avançada e nos ajustamentos institucionais e ideológicos que esta exige”. (Nobel Lecture, dezembro de 1971, Estocolmo).

O conceito de crescimento económico difere do conceito de desenvolvimento económico, na medida em que ao primeiro estão associados aspetos de natureza quantitativa, relacionados com o aumento na produção, ao passo que ao segundo estão associados aspetos de natureza qualitativa, relacionados com o bem-estar da população.

Harrod (1939) foi um dos primeiros economistas a introduzir o conceito de crescimento económico agregado em modelos teóricos. Para Harrod (1939) e Domar (1946) o crescimento económico de cada país depende do nível da poupança e da produtividade do investimento. O principal marco na teoria do crescimento económico deu-se, no entanto, com o contributo de Solow e Swan (1956), que desenvolveram o que mais tarde viria a ser conhecida por teoria de crescimento exógeno. Já final do século XX, apareceram as grandes contribuições de Romer (1986), Lucas (1988), Grossman & Helpman (1991) e Aghion & Howitt (1992), que desenvolveram os modelos de crescimento endógeno. Numa outra linha, Rowtorn (1982), Dutt (1984, 1987, 1990) e Bhaduri & Marglin (1990), entre outros, introduziram nos modelos de crescimento temas recorrentes como a distinção entre as classes sociais (trabalhadores e capitalistas), conflito distributivo, além de uma relação de causalidade recíproca entre distribuição e acumulação de capital.

2.1.1 Modelo de Harrod (1939) e Domar (1946)

Para Harrod (1939) e Domar (1946), o crescimento económico depende essencialmente do nível de poupança e da produtividade do investimento. Assim, uma economia estará em equilíbrio quando o investimento (I_t) em qualquer período for igual ao aumento do produto

$(Y_t - Y_{t-1})$ a multiplicar pelo rácio capital/produto. A taxa de crescimento garantida tem uma relação positiva com a poupança e negativa com o rácio do capital/produto - uma vez que a poupança corresponde à parte do rendimento que não é consumida, uma maior poupança gera um maior investimento e conseqüentemente, uma maior taxa de crescimento; contrariamente, quanto menor for o rendimento das famílias menor será o investimento e concomitantemente menor será a taxa de crescimento de uma determinada economia num determinado período.

2.1.2 Modelo Neoclássico de Crescimento exógeno

O modelo de crescimento económico exógeno é representado pelas contribuições de Solow & Swan (1956). Este modelo de crescimento difere do modelo de Harrod e Domar na medida em que considera o rácio capital pelo produto como variável, diferente do que se pensava no modelo de H e D. Os dois modelos convergem na medida que consideram que a taxa de crescimento é determinada de forma exógena. Em relação às fontes principais do crescimento económico, enquanto que no modelo de Harrod e Domar a principal fonte é o capital físico, no modelo neoclássico de crescimento exógeno a principal fonte é a variação tecnológica.

De acordo com o modelo de Solow & Swan (1956), economias com características idênticas convergiam para o mesmo equilíbrio estacionário, independentemente das suas dotações iniciais. Lucas (1988) critica esta hipótese, construindo um modelo em que uma economia que começa com baixos níveis de capital humano e físico continuará permanentemente abaixo de uma economia que inicia a sua trajetória de crescimento com uma melhor dotação.

Num segundo trabalho sobre crescimento económico, Solow (1957) atribuiu a diferença entre a taxa de crescimento do produto e a taxa de crescimento dos fatores de produção à mudança tecnológica, dando origem ao chamado resíduo de Solow (Snowdon & Vane, 1999 citado por Costa, 2007). O modelo de Solow considerou assim a tecnologia como o principal determinante do crescimento económico de longo prazo e forneceu as primeiras intuições para o desenvolvimento de modelos de crescimento pela abordagem neoclássica. No entanto, de acordo com o resultado de Solow, o principal determinante do crescimento, a mudança tecnológica, era exógeno e tratado como um resíduo, e isto não poderia ser considerado satisfatório. Surgia assim a necessidade de tornar o progresso tecnológico uma variável endógena ao modelo de crescimento económico neoclássico.

2.1.3 Modelos de crescimento Endógeno

A teoria do crescimento económico endógeno foi motivada, por um lado, pelo facto de os modelos anteriores tratarem o progresso tecnológico como exógeno, e, por outro, pela incapacidade dos mesmos em explicar as diferenças nas taxas de crescimento ou nos níveis de rendimento entre os países. Estas inconsistências motivaram o aparecimento dos teóricos do crescimento económico endógeno, com destaque para Romer (1986), que introduz o progresso tecnológico como uma variável determinada endogenamente, e Lucas (1988) que considera a

acumulação do capital humano como principal fonte do crescimento. Em ambos os casos, o crescimento económico é endógeno, na medida em que é determinado por algo explicado pelo modelo.

Modelo de Romer (1986 e 1990)

Romer considera as mudanças tecnológicas como resultado, em grande parte, das ações intencionais das pessoas em resposta aos incentivos do mercado, permitindo assim que o progresso tecnológico seja explicado a nível endógeno e não exógeno. O modelo de Romer (1986) assume o conhecimento como um bem de capital com produtividade marginal crescente. Assim, a criação de novo conhecimento por uma empresa gera externalidades positivas na produção tecnológica de outras empresas, pois o novo conhecimento não pode ser mantido em segredo.

Romer (1990) apresenta um modelo onde considera três sectores da economia: o setor da investigação - usa o capital humano e o *stock* de conhecimento existente para produzir novos conhecimentos; o setor dos bens intermédios - baseia-se nos *designs* do setor da investigação para produzir um grande número de bens duráveis, usados na produção do bem final; e o setor de bens finais - combina trabalho, capital humano e um conjunto de produtos duráveis, para produção do bem final. O bem final pode ser consumido ou poupado como novo capital.

Uma das conclusões mais importantes do modelo de Romer (1990) é que os países com maior capital humano e abertos ao comércio externo crescem mais rápido em relação aos países com economia fechada e com pouco potencial humano.

Modelo de Lucas (1988)

Lucas propõe uma segunda alternativa para a explicação do crescimento económico, assente em duas perspetivas: na primeira (*“to go to school”*), Lucas considera que o crescimento do capital humano depende da forma como o indivíduo divide o seu tempo entre a produção corrente e acumulação do capital humano; na segunda (*“learning-by-doing”*), o crescimento do capital humano é uma função positiva que depende do esforço que cada indivíduo dedica à produção de novos bens.

Ruttan (1998) alega que um dos principais contributos de Lucas consiste na endogeneização da formação do capital humano. No entanto, o modelo de crescimento endógeno tem várias limitações: o elevado grau de arbitrariedade na especificação dos modelos, a assunção de uma estrutura de preferência intertemporal e a não permissão de análises dos efeitos de curto prazo da procura agregada no crescimento (Thompson, 2003).

Outros modelos do crescimento económico

Além dos modelos apresentados anteriormente, encontramos outros trabalhos ligados aos modelos de crescimento endógeno, como os de Grossman & Helpman (1991) e Aghion &

Howitt (1992), que deram importantes contributos no desenvolvimento do modelo conhecido por I&D (investigação e desenvolvimento), em que o progresso tecnológico é considerado o motor do crescimento económico e resulta de atividades ligadas à I&D. Outros exemplos são Jones et al. (1990) e King et al. (1990), que desenvolveram o modelo AK, baseado na eliminação de rendimentos decrescentes do capital físico na função de produção e na assunção do progresso tecnológico como constante.

Mankiw (1995) defende que os modelos endógenos normalmente são apresentados como alternativa ao modelo neoclássico, mas também podem ser vistos como um complemento. Justifica a sua posição pelo seguinte: *“Os modelos de crescimento endógeno oferecem uma descrição plausível dos avanços do conhecimento a nível global. Já o modelo de crescimento neoclássico considera o progresso tecnológico como um dado e oferece uma descrição plausível das principais diferenças a nível internacional.”* (Mankiw, 1995, pp. 308)

2.2 Desigualdade de Rendimento

Para desenvolvermos a temática de desigualdade de rendimento é necessário referenciar o conceito de igualdade salvaguardado na declaração dos direitos humanos. Assim:

“Artigo 1: todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Eles são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros em espírito de fraternidade. Artigo 2: toda pessoa tem direito a todos os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração, sem distinção de qualquer natureza, como raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro status. Além disso, nenhuma distinção deve ser feita com base no status político, jurisdicional ou internacional do país ou território ao qual uma pessoa pertence, independente, confiável, não autônomo ou sob qualquer outra limitação de soberania”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Nações Unidas, 1948)

A igualdade consagrada na declaração universal dos direitos humanos é percebida aqui no sentido formal da igualdade, aquele em que todo o cidadão tem o direito de viver em qualquer parte do mundo sem nenhuma exceção. Para o nosso trabalho, uma vez que pretendemos perceber o efeito do crescimento económico sobre as desigualdades de rendimento, interessa perceber como o rendimento de um determinado país é distribuído pelos indivíduos que nele habitam. A maior parte dos estudos analisa a relação do crescimento económico com a desigualdade de rendimento, uma vez que para este tipo de desigualdade existem indicadores que facilmente a conseguem medir. Por desigualdade de rendimento entende-se a existência de disparidades na distribuição de rendimento entre os diferentes detentores dos fatores produtivos - designada por distribuição funcional - ou entre indivíduos - designada por distribuição pessoal (Shin, 2012).

2.2.1 Medição da desigualdade rendimento

O nosso foco é a desigualdade na distribuição pessoal do rendimento, a qual é objeto de estudo por parte de várias instituições, tais como: OCDE, Eurostat, Nações Unidas, Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho, *Luxembourg Income Study* (LIS), Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, GINI Projet, *The United Nations University World Institute for Development Economics Research* (UNU-WIDER), *Equalist Trust*, institutos nacionais de estatística, observatórios da vida social, entre outros.

Ao nível da composição do rendimento monetário, integram este conceito estatístico os rendimentos do trabalho por conta própria e por conta de outrem, os rendimentos de capital (juros, dividendos), os rendimentos de propriedade e os rendimentos que resultam de transferências entre agregados domésticos ou entre o Estado e os agregados domésticos. O rendimento do trabalho constitui, destacadamente, a componente mais importante deste recurso: nos países da OCDE, 3/4 da riqueza monetária dos agregados domésticos em idade ativa advêm dos rendimentos do trabalho (OECD, 2011, pp.17)

Esta dimensão de desigualdade de rendimento é medida por vários indicadores. O principal indicador é o coeficiente de Gini, que se baseia na comparação das proporções cumulativas da população, relativamente à população total em análise, com as proporções do rendimento que elas recebem, face ao rendimento total. Os valores do coeficiente de Gini variam entre 0 e 100, sendo 0 em caso de perfeita igualdade (todas as pessoas detêm o mesmo rendimento) e 100 em caso de perfeita desigualdade (todo o rendimento do país pertence a apenas uma pessoa).

Existem outros indicadores de medição da desigualdade que dependem das mudanças no padrão da distribuição e da adequação às mudanças de escala geral do rendimento, tal como referem Cowell (2009) e Rodrigues (2007). Para Cowell (2015), os principais indicadores usados na medição da desigualdade de rendimento são: desvio padrão, variância, coeficiente de variação, coeficiente de Gini e índice de Theil.

Outros indicadores também usados na literaturas são: o índice de Palma, que corresponde ao rácio entre a proporção do rendimento total recebida pelos 10% da população com maior rendimento disponível e a proporção do rendimento total recebida pelos 40% da população com menor rendimento disponível (Silva, 2017); o rácio S90/S10, que diz respeito à razão entre o rendimento médio dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres; o rácio S80/S20, que se refere à proporção entre o rendimento médio dos 20% mais ricos e o rendimento médio dos 20% mais pobres (OECD, 2011).

2.3 Abordagens que explicam o impacto da desigualdade de rendimento sobre o crescimento económico

O efeito da desigualdade de rendimento no crescimento económico pode ser manifestado de diferentes formas conforme explicam vários autores. De acordo com Neves & Silva (2014), a literatura teórica identifica quatro canais principais através dos quais a desigualdade de rendimento interfere no crescimento económico, que são: o canal das imperfeições no mercado do crédito; o canal da política orçamental; o canal da instabilidade sociopolítica; e o canal da poupança.

Na abordagem das imperfeições do mercado de crédito, o investimento em capital físico e humano é influenciado pelas desigualdades quando existem restrições ao crédito. As restrições implicam custos fixos (com a educação e/ou investimentos na formação dos empreendedores) que prejudicam o crescimento económico, pois tais restrições impedem que uma parte considerável da população (os mais pobres) invista em capital físico e humano. Assim, nestas circunstâncias, uma maior desigualdade de rendimentos tem um impacto negativo no crescimento económico (Galor & Zeira, 1993).

No canal da política orçamental, existe uma relação negativa entre a desigualdade de rendimentos e o crescimento económico. A redistribuição de recursos dos mais 'ricos' para os mais 'pobres' é impulsionada se o rendimento médio for superior ao rendimento mediano. Considerando esta ilação, a redistribuição do rendimento pode ser feita através de transferências ou de tributação, que causam impacto negativo na performance económica. Desta forma, o crescimento económico diminui, uma vez que mais desigualdade vai trazer mais redistribuição (Barro, 2000; Galor & Zeira, 1993). A repercussão da desigualdade no crescimento poderá ainda ter um impacto negativo se os indivíduos com maiores rendimentos utilizarem o seu poder para realizarem ações que sejam um obstáculo à tributação (por exemplo, compra de votos nas legislaturas ou interferência nas decisões do poder político). Isto implica que com maior desigualdade na economia mais ações deste tipo ocorram, o que conduz ao consumo de recursos, à promoção da corrupção e, conseqüentemente, à redução do crescimento (Barro, 2000; Andrews et al., 2011).

A desigualdade de rendimentos tende a provocar instabilidade política, o que afeta o investimento e, conseqüentemente, o crescimento futuro. Em concreto, a redução da estabilidade das decisões pode provocar desvios das políticas governamentais e redução da segurança das instituições, o que se traduz num aumento da incerteza e, conseqüentemente, numa redução da produtividade do trabalho e capital. Assim, segundo esta abordagem, maior desigualdade de rendimentos implicará menor crescimento económico (Gupta, 1990).

Diferente do efeito dos três canais anteriores, através do canal da poupança a desigualdade exerce uma influência positiva no crescimento económico. Assim, quanto maior for o grupo dos ricos em relação aos pobres, maior será a propensão marginal a poupar, o que resultará

num elevado nível de crescimento e investimento proporcional à taxa de poupança do grupo enriquecido.

Neves et al. (2016) sugerem a adição de mais dois canais teóricos através dos quais a desigualdade de rendimento interfere no crescimento económico: o canal da decisão conjunta de educação e fertilidade (segundo o qual mais desigualdade condiciona as decisões de fertilidade e de educação das famílias, o que poderá afetar negativamente o crescimento económico) e o canal da investigação e desenvolvimento (segundo o qual alguma desigualdade pode ter um efeito positivo sobre o crescimento, ao propiciar o investimento em I&D).

Relativamente à literatura empírica sobre o impacto das desigualdades no crescimento económico, os resultados são pouco consensuais. Tal como referem Neves et al. (2016), existem estudos que reportam efeitos significativos negativos, outros estudos reportam efeitos significativos positivos e outros ainda reportam efeitos não significativos ou ambíguos.

Os primeiros estudos empíricos que surgiram sobre o tema (Alesina & Rodrik, 1994; Persson & Tabellini, 1994; Clarke, 1995; Perotti, 1996) encontraram, em geral, um impacto negativo e estatisticamente significativo das desigualdades sobre o crescimento económico. Os resultados destes estudos foram, no entanto, postos em causa no final da década de 1990, por um conjunto de outros estudos que criticaram os seus procedimentos metodológicos.

Por exemplo, Deininger & Squire (1996) questionaram a qualidade dos dados relativos à distribuição de rendimento, argumentando que estes apresentavam importantes problemas de medição. Estes autores construíram uma base de dados para vários países para a desigualdade na distribuição de rendimentos, que, por cumprir vários critérios de fiabilidade, passou a ser usada em estudos posteriores. Por outro lado, Knowles (2005) argumentou que questões relacionadas com a comparabilidade dos dados entre países poderiam distorcer os resultados, já que a definição de rendimento utilizada varia de país para país. De acordo com Knowles (2005), a desigualdade tem um efeito negativo significativo sobre o crescimento em países que utilizam a distribuição da despesa ou do rendimento líquido e um efeito insignificante em países que utilizam a distribuição do rendimento bruto.

Um outro grupo de autores (Deininger & Squire, 1998; Deininger & Olinto, 2000; Castello & Doménech, 2002) criticou os artigos anteriores quanto ao conceito de desigualdade utilizado. Argumentam que, em muitos estudos empíricos, seria preferível utilizar a desigualdade na distribuição de riqueza e não a desigualdade na distribuição de rendimento, uma vez que a primeira se encontra associada a menos erros de medição e é a distribuição mais relevante em muitas análises teóricas sobre os mecanismos através dos quais as desigualdades afetam o crescimento económico. Em geral, estes estudos mostram que a desigualdade na distribuição da riqueza é mais prejudicial para o crescimento económico do que a desigualdade na distribuição do rendimento.

Um outro grupo de autores (por exemplo, Li & Zou, 1998; Forbes, 2000; Barro, 2000; Deininger & Olinto, 2000) começou a usar dados em painel para estimar a relação desigualdade-crescimento. Utilizando diferentes técnicas de estimação em painel, estes estudos chegaram a conclusões diferentes sobre a maneira como a desigualdade influencia o crescimento: Barro (2000) obteve uma relação positiva para os países mais ricos e uma relação negativa para os mais pobres; Li & Zou (1998) e Forbes (2000) encontraram um impacto positivo significativo para toda a amostra; Deininger & Olinto (2000) encontraram um impacto negativo significativo da desigualdade na distribuição da terra sobre o crescimento económico.

Estudos mais recentes têm procurado conciliar os resultados aparentemente contraditórios dos estudos anteriores, criticando alguns dos seus pressupostos e sugerindo que a desigualdade pode ser benéfica para o crescimento em algumas circunstâncias e prejudicial noutras circunstâncias. Por exemplo, Chen (2003) e Banerjee & Duflo (2003) questionam a forma linear das regressões estimadas nos estudos anteriores - enquanto Chen (2003) encontra uma relação U-invertida estatisticamente significativa entre desigualdade e crescimento, Banerjee & Duflo (2003) mostram que mudanças na desigualdade em qualquer direção estão associadas a uma redução do crescimento no curto prazo. Voitchovsky (2005), por seu turno, mostra que o coeficiente de Gini não será a medida mais apropriada para testar o efeito da desigualdade sobre o crescimento, uma vez que a relação pode depender da configuração de toda a distribuição de rendimento. Já Bleaney & Nishiyama (2004), mostram que a utilização de diferentes especificações da regressão de crescimento, em especial a escolha das variáveis moderadoras, altera significativamente os resultados das estimativas da relação desigualdade-crescimento. Halter et al. (2014) examinam de que modo as desigualdades afetam o crescimento em diferentes horizontes temporais, encontrando um efeito negativo significativo no médio/longo prazo, mas positivo e pouco significativo no curto prazo. Um outro grupo de autores (Castelló, 2010; Chambers & Krause, 2010; Khalifa & El Hag, 2010; Herzer & Vollmer, 2012) tem-se centrado no modo como a relação entre desigualdade e crescimento difere com o nível de desenvolvimento dos países, chegando à conclusão que é nos países mais pobres que a desigualdade mais prejudica o crescimento económico.

2.4 Abordagens que explicam o impacto do crescimento económico sobre a desigualdade de rendimento

A explicação pioneira da relação entre desigualdade e crescimento económico foi apresentada por Kuznets (1955). A partir de dados históricos dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, Kuznets argumentou que existe uma relação histórica entre a desigualdade na distribuição dos rendimentos e o nível de rendimento per capita de um país. Em particular, a relação entre as duas variáveis tende a assumir a forma de U-invertido, o que aponta para a

ideia de que numa fase inicial de desenvolvimento a desigualdade tende a aumentar, até que, quando o país atinge um determinado nível de desenvolvimento, tenderá a diminuir.

A curva de Kuznets foi testada posteriormente por vários autores. Em alguns estudos, os resultados confirmaram a validade da curva (Kravis, 1960; Stiglitz, 1969; Ahluwalia, 1976; Papanek & Kyn, 1986; Eusufzai, 1997; Treillet, 1999; Robinson, 1976). Os estudos de Kravis (1960), por exemplo, confirmaram que o aumento da desigualdade de rendimento é inevitável nos primeiros estágios de desenvolvimento, em que o crescimento económico tende a beneficiar uma minoria da população. Do mesmo modo, Robinson (1976) encontrou uma relação positiva entre crescimento económico e a desigualdade de rendimento em fases iniciais de desenvolvimento, concluindo que, caso haja um aumento da população empregada de um dos sectores de atividade económica relativamente a outro setor, então haverá lugar à hipótese de Kuznets. Partilham da mesma opinião, por exemplo, Lundberg & Squire (2003), Wahiba & Weriemmi (2014), Rubin & Segal (2015). Treillet (1999), por seu turno, concluiu que grande parte dos países da América Latina estariam, no final do séc. XX, a atingir o ponto de inflexão da curva e que, a médio/longo prazo se registariam reduções das desigualdades à medida que aquele grupo de países se desenvolveria. Lee (2006) e Frazer (2006), tendo por base o estudo de Treillet (1999), realizaram uma comparação entre vários países sobre a evolução da desigualdade na distribuição de rendimento, verificando, em muitos deles, a existência de uma curva em forma de U-invertido.

No entanto, a hipótese de Kuznets foi também contestada por vários autores, designadamente Deininger & Squire (1996), Bowman (1997) ou Li et al. (1998). Bowman (1997), por exemplo, delimitando o seu estudo a um grupo restrito de países, verificou que no Japão, Grécia, Coreia do Sul e Taiwan o crescimento económico não foi acompanhado por um aumento da desigualdade de rendimento em fases iniciais de desenvolvimento. Outro grupo de autores (Randolf & Lott, 1993; Mbaku, 1997; Barro, 1999) defende que a curva de Kuznets parece insuficiente para explicar a ligação entre crescimento e desigualdade. Segundo Barro (1999), a curva negligencia o impacto de outros fatores importantes na distribuição de rendimento. Em particular, o capital tecnológico deve ser tido como uma variável relevante que pode afetar o modo de evolução da desigualdade e que, embora a curva de Kuznets tenha uma verificação empírica sólida, não há evidência de uma relação forte de causalidade entre o rendimento per capita e a variação da desigualdade.

Em termos gerais, olhando ao conjunto dos estudos que se dedicaram especificamente a testar a curva de Kuznets, a conclusão parece ser que a curva tende a permanecer válida para os países desenvolvidos, mas não tanto para os países em vias de desenvolvimento, e que o impacto do crescimento económico sobre as desigualdades tende a depender de diversos fatores (Wahiba & Weriemmi, 2014).

Podemos identificar também um conjunto relativamente vasto de estudos que procuram examinar quais os mecanismos que afetam o modo como o crescimento económico influencia as desigualdades.

Por exemplo, o relatório “*Divided We Stand - Por que a Desigualdade Continua*” (OECD, 2011), destaca três possíveis causas para o aumento significativo das desigualdades verificado recentemente em várias partes do mundo: globalização, progresso tecnológico e escolhas políticas. Estes fatores, que têm sido em alguns casos importantes motores de crescimento, acabam por acentuar o aumento das desigualdades.

Considerando a volatilidade do crescimento e o capital humano como determinantes da desigualdade, Binatli (2012) descobriu que o crescimento tem um impacto negativo sobre a desigualdade de rendimento. Ao mesmo tempo, verificou que uma maior volatilidade no crescimento poderia prejudicar a desigualdade de rendimento, mas a magnitude do efeito dessa volatilidade tende a diminuir com o tempo.

Nissim (2007) demonstrou que, à medida que o crescimento económico ocorre, os trabalhadores mobilizam-se para os empregos associados a maiores rendimentos, o que ajuda a reduzir a desigualdade de rendimento. Por outras palavras, o impacto do crescimento económico através da mobilidade dos trabalhadores sobre a desigualdade de rendimento é negativo.

Ao considerar a abertura comercial e o capital humano como determinantes da desigualdade, Wahiba and Weriemmi (2014) mostraram que, na Tunísia, o crescimento económico está positivamente associado à desigualdade. Atribuindo também um papel de relevo ao capital humano, Galor et al. (1996) argumentam que o crescimento do produto é acompanhado num primeiro estágio pelo surgimento de uma diferença salarial entre trabalhadores qualificados e não qualificados, mas em fases posteriores essa diferença vai diminuindo.

Já Rubin & Segal (2015) mostram que o crescimento tem sido acompanhado pelo aumento da desigualdade de rendimento nos EUA no período pós-guerra (1953-2008), sendo tal aumento atribuído a uma crescente importância do mercado financeiros, juntamente com o aumento da utilização de prémios de desempenho. Também Greenwood & Jovanovic (2009) atribuem uma importância significativa ao desenvolvimento dos mercados financeiros na explicação da evolução das desigualdades. Estes autores concluíram que nas fases iniciais de desenvolvimento de uma economia os mercados financeiros são praticamente inexistentes e crescem lentamente. A superestrutura financeira começa a formar-se à medida que a economia se aproxima dos estágios intermédios do ciclo de desenvolvimento. Nos estágios iniciais de desenvolvimento em que a troca é amplamente desorganizada, o crescimento é lento. À medida que os níveis de rendimento aumentam, a estrutura financeira torna-se mais extensa, o crescimento económico torna-se mais rápido e a desigualdade de rendimento entre ricos e pobres aumenta. Na fase da maturidade, uma economia apresenta uma estrutura

financeira totalmente desenvolvida, alcança uma distribuição estável do rendimento entre os indivíduos e tem uma taxa de crescimento maior do que inicialmente.

Acemoglu & Robinson (2002) fazem uma análise à relação crescimento económico-desigualdade, numa perspetiva da economia política. Para estes autores, quando o desenvolvimento leva ao aumento da desigualdade, isso pode induzir a instabilidade política e forçar a democratização das elites políticas. A democratização leva as instituições a mudanças que incentivam a redistribuição e reduzem a desigualdade. No entanto, o desenvolvimento não induz necessariamente uma curva na forma de U-invertido, podendo estar associado a dois tipos de caminhos não democráticos: (i) se inicialmente a desigualdade for muito baixa, de modo que todos os agentes possam investir, o desenvolvimento pode ocorrer sem grandes tensões sociais e, por isso, as mudanças políticas poderão ser evitadas; (ii) quando a sociedade civil não é capaz de se mobilizar, o aumento da desigualdade pode não ser suficiente para forçar uma mudança política, pelo que o país enfrenta aumentos da desigualdade e fraco crescimento económico.

Diferenças nos horizontes temporais de análise, nos métodos de estimação e nos modelos utilizados podem também levar a resultados díspares quanto à influência do crescimento económico sobre a desigualdade de rendimento. Ao adotar métodos semiparamétricos, Chambers (2010) constatou que o crescimento económico aumenta a desigualdade de rendimento para todos os países no curto e no médio prazo. Quanto ao efeito de longo prazo, o crescimento económico reduz a desigualdade nos países em desenvolvimento, mas tem o efeito oposto nos países desenvolvidos. Por outro lado, o impacto do crescimento económico sobre a desigualdade de rendimento torna-se inconsistente à medida que diferentes determinantes da desigualdade são incluídos no modelo (Yang & Greaney, 2017).

Outros autores (e.g., Bourguignon & Verdier, 2000) enfatizam a ideia de que o processo de desenvolvimento de um país não se limita à taxa de crescimento, mas também à natureza do crescimento (inclusivo ou não), e que essa natureza é determinante na forma como evolui o nível de desigualdades.

Em face da heterogeneidade de resultados e abordagens, pretendemos estudar neste trabalho o efeito do crescimento económico sobre as desigualdades nos países em desenvolvimento, bem como o modo como é que o mesmo pode ser influenciado por diferenças nas características institucionais, políticas e económicas dos países. Na secção seguinte, serão apresentados os dados e a metodologia adotada.

3. Dados e Metodologia

Nesta secção apresentaremos o modelo a estimar, as variáveis que o compõem e as respetivas fontes de dados. Analisaremos também alguns dados estatísticos relacionados com a evolução dos níveis de desigualdades e crescimento económico nas últimas décadas no universo dos países em desenvolvimento. Será apresentado também o método de estimação a utilizar.

3.1 Modelo de Estudo

De modo a analisar os efeitos do crescimento económico sobre a desigualdade, estimaremos o seguinte modelo:

$$\text{GINI}_{it} = \alpha + \beta_1 g_{it} + \beta_2 \text{INF}_{it} + \beta_3 \text{RN}_{it} + \beta_4 G_{it} + \beta_5 \text{XM}_{it} + \beta_7 \text{SCM}_{it} + \beta_8 \text{IND}_{it} + \mu_\epsilon \quad (1)$$

Onde:

GINI - Índice de Gini (medida da distribuição de rendimento, que varia entre 1 e 100);

XM - mede a abertura da economia de um país ao exterior;

G - percentagem das despesas correntes do Estado no Produto, a PPP;

INF - medida da inflação baseada no índice de preços do consumidor;

g - taxa do crescimento do PIB real per capita;

RN - soma dos rendimentos de petróleo, gás natural, carvão, recursos minerais e recursos florestais, em percentagem do PIB;

SCM - número médio de anos de escolaridade no ensino secundário;

IND - valor do PIB per capita proveniente do setor industrial.

A variável dependente é o nível de desigualdades, medido com recurso ao coeficiente de GINI, e a variável independente de relevo é a taxa de crescimento económico. Como variáveis moderadoras, escolheram-se aquelas que são geralmente usadas na literatura como explicativas dos níveis de desigualdade nos países em desenvolvimento (ver, por exemplo, Odedokun & Round, 2001).

3.2 Descrição dos Dados e Fontes de Recolhas de Dados

Para a realização desta investigação, utilizou-se como amostra os países em vias de desenvolvimento, nos quais se incluem os novos países industrializados¹, as economias emergentes², as economias em transição³ e os países subdesenvolvidos⁴. O critério de seleção foi usar os países que no Banco Mundial são classificados como países de rendimento médio-alto, médio-baixo e baixo. A lista dos países em estudo encontra-se em anexo. Foram extraídos dados para o horizonte temporal 1960-2014. Abaixo descrevem-se as fontes de dados das variáveis usadas no nosso estudo:

- **PWT9.0 - Penn World Tables**, de onde foram extraídas as variáveis XM, G e g;
- **Economic Freedom of the World 2015**, de onde se extraiu a variável INF;
- **UNU-WIDER/WIID (World Income Inequality Database)**, de onde se extraiu a variável GINI;
- **World Bank Analytic History**, para a classificação dos países quanto ao nível de rendimento;
- **Polity IV**, de onde se extraiu a variável *polity 2*, usada para classificar os países de acordo com o tipo de regime político;
- **World Development Indicators**, de onde se extraiu a variável RN;
- **Cross National Time Series Database 2015**, de onde se extraiu a variável IND;
- **Barro and Lee (2013)**, de onde se extraiu a variável SCM;
- **Wikipédia**, para a informação quanto à localização geográfica e países colonizadores.

3.3 Desigualdade e Crescimento: alguns dados estatísticos

As tabelas e figuras seguintes apresentam a evolução dos valores médios da taxa de crescimento e do índice de gini, primeiro para todo o universo dos países em desenvolvimento, e depois para subconjuntos de países agrupados de acordo com a localização geográfica. São apresentados dados para o período pós 1980, por ser o período que apresenta mais observações.

Tabela 1: evolução de taxa de crescimento (valores médios)

	1980	1990	2000	2010	2013
Toda a amostra	0.000	0.001	0.037	0.078	0.026
Europa e Centro da Asia	0.013	-0.009	0.056	0.073	0.043
Sudeste Asiático e Pacífico	0.032	0.055	0.028	0.091	0.041
América Latina e Caraíbas	0.015	0.018	0.025	0.050	0.019
Médio Oriente e África do Norte	-0.020	0.024	0.049	0.074	-0.002
África Subsariana	-0.019	-0.037	0.036	0.092	0.023

¹São países cujas economias ainda não atingiram a primeira posição mundial, mas que ultrapassaram a performance das economias subdesenvolvidas (exemplos: México, Brasil, China, Índia, África do Sul).

²São economias muito fortes ou fortes, muitas vezes comparáveis com as economias de países desenvolvidos e que apresentam uma grande capacidade de exportação (exemplos: Argentina, Brasil, Argélia, África do Sul, Nigéria, Peru, Comores, Panamá, México).

³ Países que estão a transitar de uma economia de planeamento central para uma economia de mercado (exemplos: China, países da Europa do Leste e Asia Central).

⁴São países que apresentam os mais baixos indicadores de desenvolvimento socioeconómico e humano de entre todos os países do mundo (exemplos: Angola, Benim, Burundi, Chade, Eritreia, Etiópia, Mali, Malawi, Haiti, Afeganistão, Butão, Camboja, Kiribati, Laos).

Tabela 2: evolução do gini (valores médios)

	1980	1990	2000	2010	2013
Toda a amostra	43.90	38.47	45.17	41.03	38.82
Europa e Asia Central	29.80	28.45	38.70	31.96	31.59
Sudeste Asiático e Pacífico	37.80	33.99	41.00	37.28	35.95
América Latina e Caraíbas	51.72	49.50	53.71	48.03	47.09
Médio Oriente e Norte de África	42.70	41.01	39.75	34.80	40.74
Africa Subsariana	44.70	59.90	46.68	48.90	50.44

Figura 1: Evolução da taxa de crescimento económico para toda a amostra



Figura 2: Evolução da taxa de crescimento económico nos países da África Subsariana

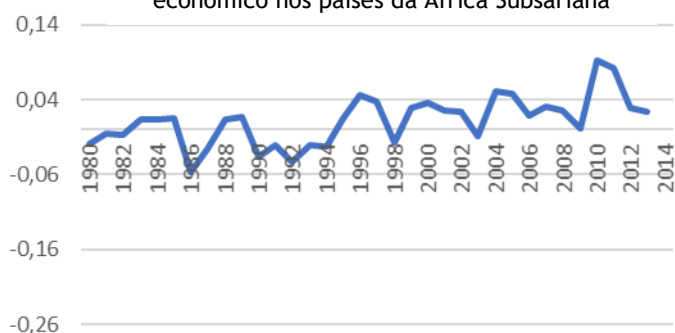


Figura 3: Evolução da taxa de crescimento económico nos países da Europa e Ásia Central

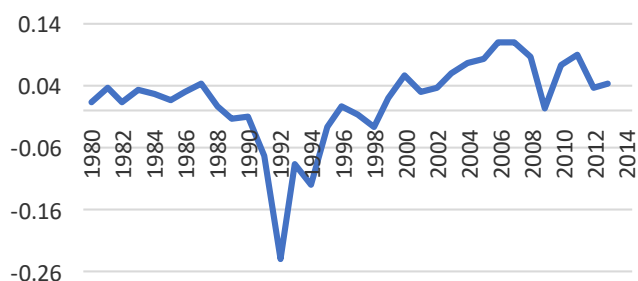


Figura 4: Evolução da taxa de crescimento económico nos países do Sudeste Asiático e Pacífico

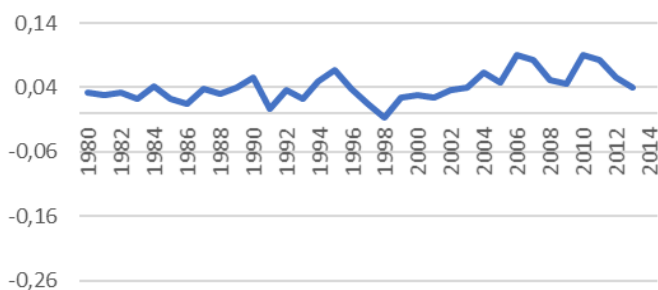


Figura 5: Evolução da taxa de crescimento económico nos países do Médio Oriente e Norte de África

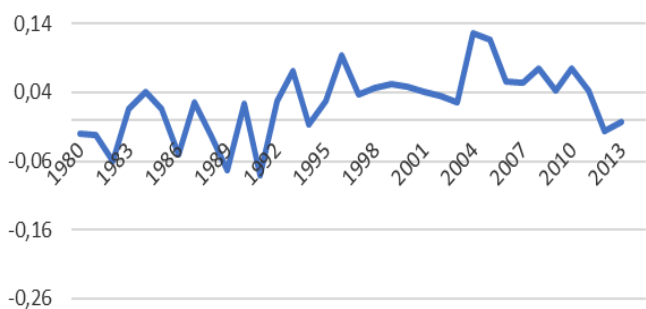


Figura 6: Evolução da taxa de crescimento económico nos países da América Latina e Caraíbas

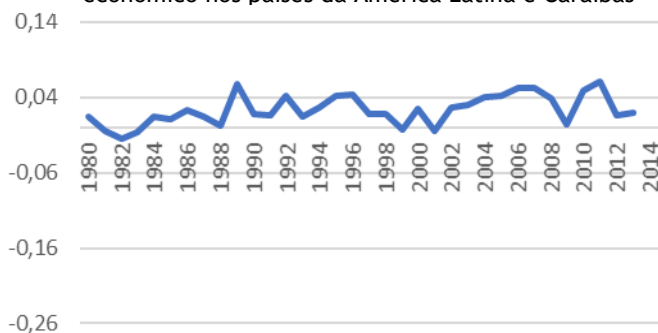


Figura 7: Evolução do gini para toda a amostra

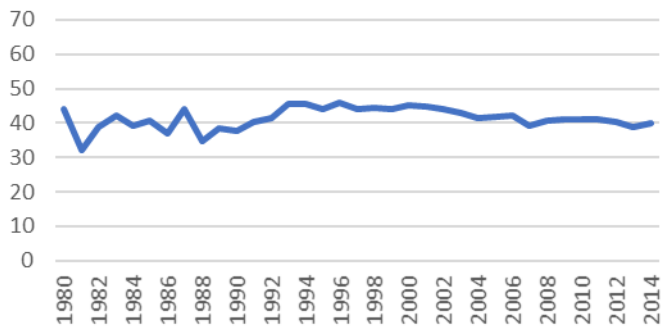


Figura 8: Evolução do gini nos países da África Subsariana

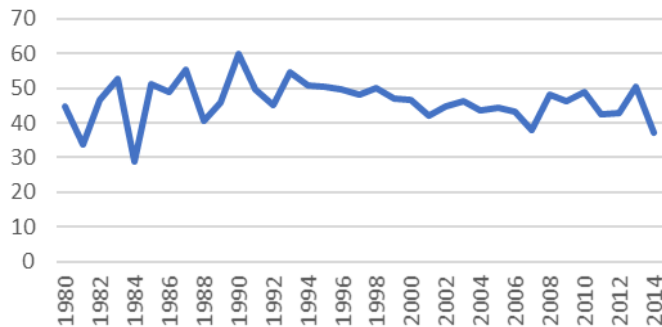


Figura 9: Evolução do gini nos países da Europa de Leste e Ásia Central

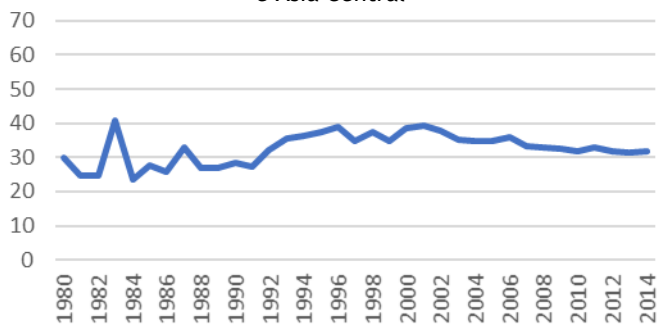


Figura 10: Evolução do gini nos países do Sudeste Asiático e Pacífico

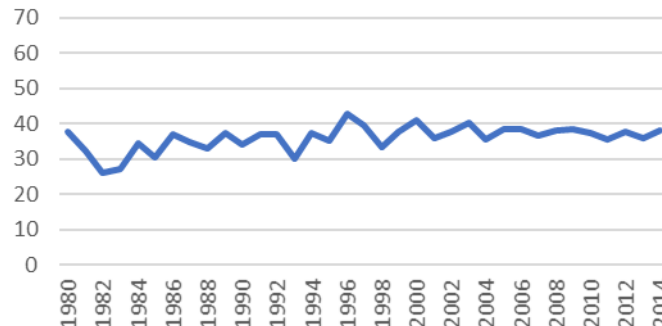


Figura 11: Evolução do gini nos países da América Latina e Caraíbas

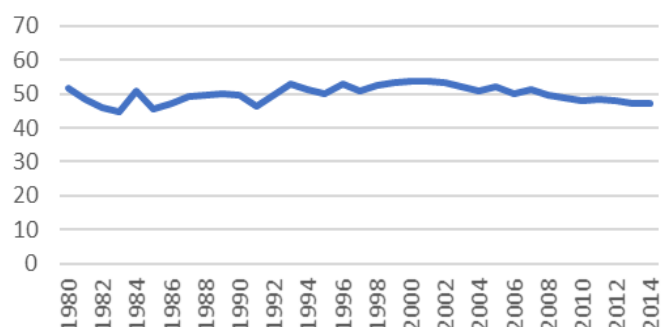


Figura 12: Evolução do gini nos países do Médio Oriente e Norte de África

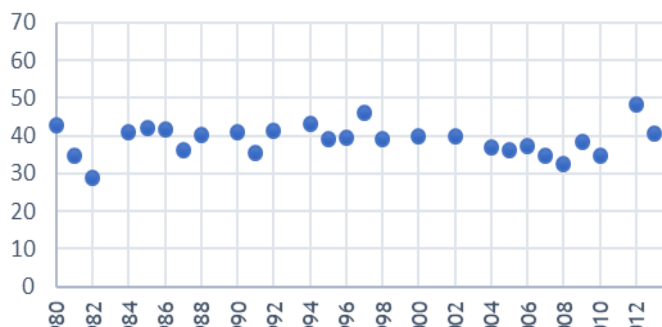


Figura 13: Evolução da taxa de crescimento económico no Brasil

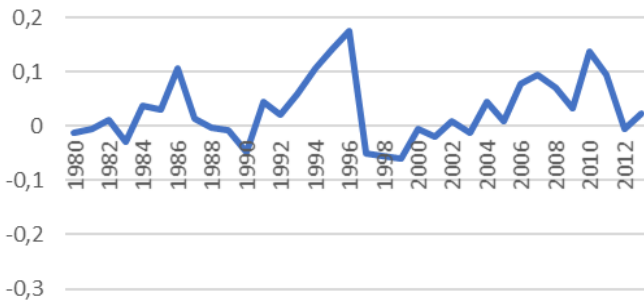


Figura 14: Evolução do gini no Brasil

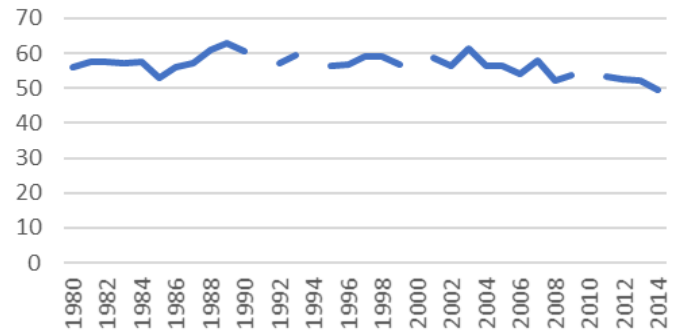


Figura 15: Evolução da taxa de crescimento económico na Rússia

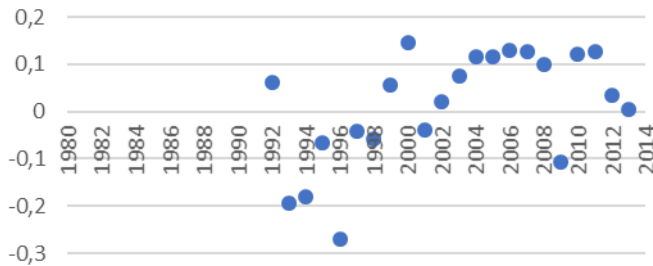


Figura 16: Evolução do gini na Rússia

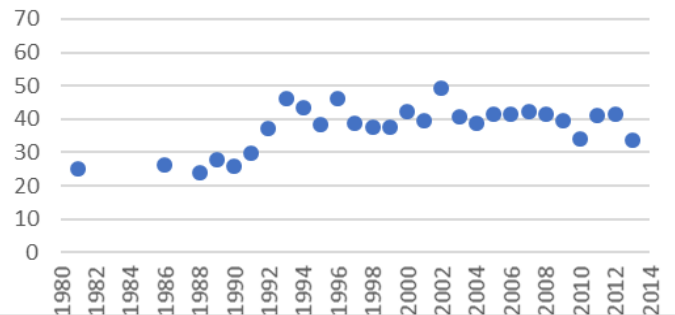


Figura 17: Evolução da taxa de crescimento económico da China

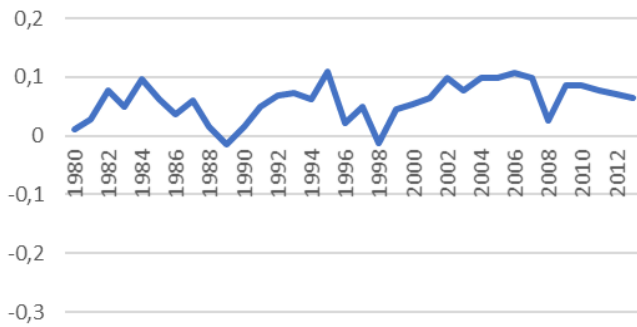
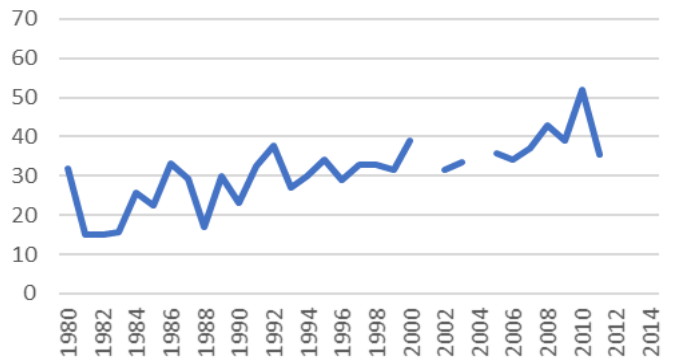


Figura 18: Evolução do gini na China



Relativamente à evolução da taxa de crescimento económico, verificamos que, em termos médios, os países em desenvolvimento apresentaram uma performance relativamente modesta no início do período em análise. No entanto, a partir de meados da década de 1990, começaram a registar taxas de crescimento bastante elevadas. Nos países da Europa de Leste e Ásia Central, registou-se uma quebra muito acentuada do PIB no início dos anos de 1990 (por altura da queda do socialismo em muitos destes países), começando a taxa de crescimento a recuperar no início do séc. XX, quando alguns destes países consolidaram o seu processo de transição de uma economia centralizada para uma economia de mercado. As economias dos países da África Subsariana e do Médio Oriente e Norte de África tiveram um comportamento muito positivo a partir de meados da década de 1990, mas tal foi interrompido no final da década de 2000, provavelmente em resultado das revoluções e convulsões sociais registadas em alguns destes países por essa altura. Já os países pertencentes à América Latina e Caraíbas e ao grupo do Sudeste Asiático e Pacífico apresentaram ao longo do período em análise uma relativa estabilidade nas suas taxas de crescimento.

Relativamente aos valores do índice de gini, verificamos que se registou, em geral, um aumento das desigualdades nas décadas de 1980 e 1990, ao que se seguiu uma redução desde o início do séc. XXI. Nos grupos de países que tradicionalmente apresentavam menores níveis de desigualdades - Europa e Ásia Central, e Sudeste Asiático e Pacífico - o índice de gini aumentou, ao passo que nos grupos de países tradicionalmente mais desiguais - América Latina e África Subsariana - o índice de gini tem vindo a diminuir de forma assinalável. Assim, as diferenças acentuadas que existiam em 1980 nos valores do índice de gini para os vários subgrupos de países têm sido, ao longo dos anos, esbatidas.

Apresentamos também a evolução da taxa de crescimento económico e do índice de gini para três países que, dada a sua dimensão e a sua performance económica nos últimos tempos, se apresentam como importantes economias no contexto internacional: Brasil, Rússia e China. A China tem registado nas últimas décadas taxas de crescimento económico muito elevadas. Esse crescimento tem sido associado a aumentos muito consideráveis nos níveis de desigualdades. Já o Brasil teve uma performance económica notável na primeira década do século XXI, tendo conjugado elevados níveis de crescimento com reduções significativas nos níveis de desigualdades. No caso da Rússia, a passagem de uma economia centralizada para uma economia de mercado trouxe aumentos grandes nas desigualdades e quebras assinaláveis no PIB na década de 1990, mas, desde o início do séc. XXI, o país tem conseguido também conjugar níveis de crescimento elevados com reduções nos níveis de desigualdade. Os exemplos destes três países mostram bem as diferenças existentes no mundo dos países em desenvolvimento quanto à diversidade da interação entre crescimento e desigualdade.

3.4 Estratégia de estimação

Na presença de dados em painel, os dois principais estimadores são os de efeitos fixos e efeitos aleatórios. As estimativas de efeitos fixos são calculadas a partir de diferenças dentro de cada país ao longo do tempo, enquanto que as estimativas de efeitos aleatórios são mais eficientes, uma vez que incorporam informações entre países e entre períodos. A principal desvantagem dos efeitos aleatórios é que são consistentes apenas se os efeitos específicos do país não estiverem correlacionados com as outras variáveis explicativas (Forbes, 2000).

Para decidirmos qual dos estimadores devemos seguir, realizamos o Teste de Hausman, que é usado para perceber a consistência dos estimadores. O resultado do teste foi o seguinte:

Tabela 3: Teste de Hausman

	Coef.
Chi-square test value	39.114
P-value	0.00 ***

Uma vez que o *p-value* é inferior a 5%, devemos optar pelos efeitos fixos. Assim, estimaremos por efeitos fixos o modelo da equação 1 para a totalidade da amostra, com o objetivo de percebermos a influência do crescimento económico sobre as desigualdades de rendimento no período para a globalidade dos países em desenvolvimento.

Depois iremos estimar o mesmo modelo para subgrupos da amostra, tendo em vista perceber se o crescimento influencia ou não de forma diferente as desigualdades de grupo para grupo. Iremos subdividir a amostra de acordo com quatro critérios: o tipo de rendimento (médio-alto, médio-baixo e baixo), tendo por base a classificação do Banco Mundial; a localização geográfica; o tipo de colonização (onde incluímos países colonizados por Holanda, Espanha, Portugal e Inglaterra); e o tipo de regime político (anocracia, autocracia e democracia)⁵ tendo por base a classificação do Polity IV.

As regressões serão estimadas com desvios padrões agrupados por *clustering* (sendo os *clusters* os países), devido à provável presença de autocorrelação. Para além disso, as variáveis explicativas estão desfasadas em dois períodos, de modo a evitar problemas de endogeneidade.

⁵Segundo James & Palen (2007): a anocracia é um regime de governo caracterizado pela junção de democracia com ditadura ou como uma mistura de democracia com traços autocráticos; a autocracia caracteriza-se pela obediência absoluta ou cega à autoridade, oposição à liberdade individual e expectativa de obediência inquestionável da população; a democracia é um regime político caracterizado por eleições livres, liberdade de imprensa, respeito pelos direitos civis constitucionais, garantias para a oposição e liberdade de organização e expressão do pensamento político.

4. Resultados e Discussão

4.1 Apresentação de Resultados

Os resultados que serão apresentados a seguir foram estimados a partir do software econométrico Stata 14.2.

Tabela 4: Regressão para a totalidade da amostra

	Coefficiente
G	-11.461* (6.415)
RN	-0.116 (0.072)
G	28.197** (10.841)
XM	32.324*** (9.038)
SCH	2.459** (0.979)
INF	-0.106 (0.192)
IND	0.000 (0.000)
Constante	36.347*** (2.797)
Número de países	71
Número de observações	323
R ²	0.165

NOTA: Estimação por efeitos fixos com desvios padrões com *clustering*; entre () estão os desvios padrões; ***, **, * representa o nível de significância 1%, 5% e 10% respectivamente. As variáveis independentes estão desfasadas em 2 períodos.

Para verificar a presença ou não de multicolinearidade entre as variáveis analisou-se o VIF, cujo resultado foi de 1.4, indicando que não existem problemas de multicolinearidade.

A tabela nº 3 apresenta os resultados da estimação para a globalidade da amostra,⁶ onde podemos constatar alguma significância da taxa de crescimento na explicação da desigualdade de rendimento. O coeficiente desta variável é negativo e o *p-value* inferior a 10%, o que indica que, para a globalidade dos países em desenvolvimento, o crescimento económico tem contribuído, ainda que de forma ténue, para reduzir as desigualdades.

A percentagem das despesas correntes do Estado (G), a abertura ao comércio eterno (XM) e os anos de escolaridade do ensino secundário (SCH) são variáveis significativas na explicação da desigualdade, com uma relação positiva, o que significa que no período e nos países em estudo, um aumento nestas variáveis provoca também um aumento na desigualdade de rendimento. Estes resultado vão de encontro a algumas conclusões da literatura, nomeadamente Anderson (2014) para as despesas correntes, Polpibulaya (2015) em relação à abertura ao comércio, e Coady & Dizioli (2017) para relação positiva entra a desigualdade de rendimento e o nível de escolaridade. As variáveis recursos naturais (RN), Inflação (INF) e PIB per capita proveniente do setor industrial (IND) não são significativas na explicação da desigualdade de rendimento.

⁶ Ficamos com 323 observações, porque existem no modelo variáveis que têm relativamente poucas observações.

Em seguida apresentamos as regressões por subgrupos com o objetivo de percebermos se o nível de rendimento de um país, a localização geográfica, o tipo de colonização e o regime político influenciam ou não a relação crescimento económico/ desigualdade. A tabela seguinte refere-se à estimação dos países de acordo com o nível de rendimento:

Tabela 5: Regressões por tipo de rendimento

	Rendimento médio-alto	Rendimento médio-baixo
	Coeficiente	Coeficiente
g	-3.769 (7.741)	-4.434 (10.687)
RN	-0.169** (0.081)	-0.134 (0.111)
G	15.571 (15.142)	43.741** (17.135)
XM	33.784*** (9.493)	12.716 (22.491)
SCH	3.870*** (1.247)	-0.143 (1.571)
INF	-0.119 (0.214)	-0.089 (0.436)
IND	-0.001 (0.001)	-0.004 (0.005)
Constante	35.680*** (4.040)	39.831*** (3.985)
Número de países	29	29
Número de observações	187	117
R ²	0.247	0.211

Nota: ver a tabela 4

Podemos constatar que, no período em estudo, o crescimento económico não teve uma influência significativa sobre as desigualdades nem nos países de rendimento médio-alto, nem nos países de rendimento médio-baixo. Quanto aos países de rendimento baixo, o reduzido número de observações não permitiu a estimação da regressão. No entanto, podemos inferir que, nestes países, o efeito do crescimento económico sobre as desigualdades de rendimento terá sido negativo e significativo, já que em nenhum dos dois outros grupos estimados (rendimento médio-alto e médio-baixo) se observou significância, mas a nível global existe alguma significância (tabela 4). Poderemos assim afirmar que, nos países com rendimento baixo, quando a economia cresce as desigualdades de distribuição de rendimento diminuem. Já nos países com rendimentos superiores o crescimento da economia não exerce influência significativa sobre os níveis de desigualdade.

Tabela 6: Regressões por localização geográfica

	Europa e Ásia Central	Sudeste Asiático e Pacífico	América Latina e Caraíbas	Médio Oriente e Norte de África	África Subsariana
	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente
G	10.493 (13.613)	-5.384 (10.471)	-20.422* (11.055)	7.297 (21.220)	1.221 (18.005)
RN	-0.192 (0.222)	-0.225 (0.209)	-0.109 (0.073)	-1.123*** (0.05)	0.175 (0.204)
G	-2.418 (32.060)	-4.376 (18.821)	52.246* (27.314)	74.756 (58.063)	-7.427 (26.797)
XM	17.250 (16.801)	127.521*** (27.14)	16.264* (8.057)	52.512 (39.151)	6.126 (15.617)
SCH	1.915 (4.994)	1.836 (1.362)	3.669** (1.610)	6.399* (3.067)	-7.197 (4.741)
INF	-0.306 (0.569)	-0.835 (0.688)	0.149 (0.147)	-1.418 (0.881)	1.802 (2.620)
IND	-0.002** (0.001)	0.008* (0.004)	-0.001 (0.001)	0.011** (0.004)	-0.002 (0.003)
Constante	32.943* (17.159)	38.787*** (6.010)	37.815*** (4.787)	30.732** (7.931)	44.314** (17.333)
Número de países	11	13	18	6	23
Número de observações	71	61	129	16	46
R ²	0.143	0.517	0.301	0.910	0.462

NOTA: ver tabela 4.

Com o intuito de percebermos a influência que a localização geográfica pode exercer na relação crescimento-desigualdade, desagregamos os países da amostra em cinco grupos segundo a classificação por regiões do *World Bank* (Europa e Ásia Central; Sudeste Asiático e Pacífico; América Latina e Caraíbas; Médio Oriente e Norte de África; e África Subsariana).

A tabela 6 apresenta os resultados da estimação do modelo (1) para cada um destes grupos de países. Assim, podemos constatar que nos países da amostra que fazem parte da Europa e Ásia Central, Sudeste Asiático e Pacífico, Médio Oriente e Norte de África, e África Subsariana a taxa de crescimento económico não exerce influência significativa sobre as desigualdades de rendimento no período em estudo, uma vez que os valores do *p-value* do teste de significância individual associado à variável *g* são superiores a 10%.

Diferente dos resultados verificados para estes quatro grupos de países, para os países localizados na América Latina e Caraíbas, a taxa de crescimento (*g*) é um fator explicativo da desigualdade de rendimento (*p-value* < 10%) e com sentido negativo, o que implica dizer que nestes países o crescimento económico tem contribuído moderadamente para a diminuição das desigualdades de rendimento. Esta é uma conclusão relativamente importante se tivermos em conta que os países da América Latina e Caraíbas são os que tendencialmente apresentam níveis de desigualdade mais elevados. Nestes países, o crescimento económico pode assim contribuir para reduzir as desigualdades.

Tabela 7: Regressões por tipo de colonização

	Países Colonizados	Países não colonizados	Países Colonizados por Portugal ou Espanha	Países Colonizados por Inglaterra, França ou Holanda
	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente
g	-17.621** (8.068)	11.817 (8.350)	-18.811* (10.633)	-6.731 (13.006)
RN	-0.140** (0.063)	-0.259** (0.091)	-0.113 (0.071)	-0.077 (0.231)
G	38.219*** (13.06)	17.221 (23.419)	49.424* (26.804)	43.367* (22.755)
XM	29.326*** (9.222)	33.106* (18.70)	16.544* (8.045)	40.796*** (11.522)
SCH	1.095 (1.043)	5.206** (1.962)	3.641** (1.635)	-0.100 (1.198)
INF	0.116 (0.130)	-0.587 (0.450)	0.149 (0.138)	-0.025 (0.561)
IND	0.001 (0.001)	-0.000 (0.001)	-0.001 (0.001)	0.000 (0.003)
Constante	41.210*** (2.326)	20.493** (8.09)	37.962*** (4.663)	39.182*** (2.824)
Número de países	54	17	18	33
Número de observações	223	100	132	87
R ²	0.216	0.256	0.287	0.255

NOTA: ver a tabela 4

Analisados os países do estudo, mas atendendo agora ao aspeto colonização, verificamos que, nos países que foram colonizados, a taxa de crescimento económico é estatisticamente significativa e apresenta um coeficiente negativo, o que implica dizer que em países colonizados o crescimento económico tem contribuído significativamente para reduzir as desigualdades. O mesmo não se verifica nos países que não foram colonizados, para os quais a variável g não é estatisticamente significativa.

Ainda na mesma tabela apresentamos o resultado da estimação da regressão (1) separando os países colonizados de acordo com a potência colonizadora, com o intuito de percebermos se o tipo de colonização tem influência ou não na relação crescimento-desigualdade. Verificamos que, nos países colonizados ou por Portugal ou por Espanha, o efeito negativo da taxa de crescimento sobre as desigualdades é mais forte do que nos países colonizados por Inglaterra, França ou Holanda. Tal implica que em países como Angola, Moçambique, Cabo Verde e outros colonizados por Portugal, e também em países colonizados por Espanha, o crescimento económico tem contribuído para diminuir mais as desigualdades do que nos países colonizados pelas potências da Europa Central e Ocidental, designadamente Inglaterra, França e Holanda.

Tabela 8: Regressões por tipo de regime político

	Autocracia	Anocracia	Democracia
	Coeficiente	Coeficiente	Coeficiente
g	-16.799* (8.491)	0.427 (9.989)	-7.494 (9.548)
RN	-0.256*** (0.065)	-0.047 (0.154)	-0.055 (0.093)
G	-100.821 (67.93)	25.747** (10.637)	23.799 (22.173)
XM	57.255*** (8.360)	-7.425 (26.462)	3.431 (8.586)
SCH	11.291*** (1.831)	0.258 (1.206)	3.027** (1.210)
INF	-0.656** (0.249)	0.169 (0.687)	0.040 (0.263)
IND	0.000 (0.002)	-0.003** (0.001)	-0.002** (0.001)
Constante	40.908*** (8.509)	36.646*** (6.988)	36.219*** (5.572)
Número de países	18	29	47
Número de observações	41	71	210
R ²	0.770	0.240	0.092

NOTA: Ver tabela 4

Nesta tabela apresentamos a estimação das regressões de acordo com o tipo de regime adotado pelos países para compreendermos se o facto de um regime ser mais ou menos autoritário condiciona a forma como o crescimento económico influencia as desigualdades. Os resultados mostram que a taxa de crescimento económico é uma variável significativa no estudo das desigualdades de rendimento em países autocráticos e com sentido negativo, o que implica dizer que o crescimento económico diminui as desigualdades de rendimento quando estamos na presença de regimes políticos mais autoritários. Já em regimes democráticos ou anocráticos, o crescimento não tem exercido uma influência significativa sobre as desigualdades.

Com base nestes resultados podemos dizer que o regime político influencia o funcionamento da economia de um país. Esta influência pode ser positiva ou negativa dependendo do tipo de regime. Os nossos resultados mostram que, apesar de nas democracias ser garantida a liberdade de expressão e o respeito pelos direitos civis constitucionais, tal não garante necessariamente uma distribuição mais equitativa do rendimento. A experiência de alguns países em desenvolvimento mostra que o crescimento económico tem reduzido mais as desigualdades em regimes mais autoritários.

4.2 Discussão de Resultados

O nosso estudo empírico contribui para literatura no que respeita ao impacto do crescimento económico sobre as desigualdades na distribuição de rendimento em países em desenvolvimento, tendo em conta as características institucionais, a performance económica e os regimes políticos. De acordo com os resultados da primeira regressão, verificamos que o crescimento económico exerce um efeito moderadamente negativo sobre as desigualdades de rendimento no conjunto dos países em desenvolvimento, o que implica dizer que o crescimento económico contribui moderadamente para a redução das desigualdades nestes países. Esta conclusão é suportada por alguns estudos anteriores, tais como Nissim (2007) ou Binatli (2012).

Quando agrupados os países de acordo com nível de rendimento, verifica-se que nos países com nível de rendimento médio-alto e médio-baixo, o crescimento económico é uma variável insignificante na explicação das desigualdades, o que implica que, neste grupo de países, o crescimento económico não tem afetado de forma relevante os níveis de desigualdades.

Os resultados obtidos na desagregação dos países por localização geográfica mostram que o crescimento económico é significativo na explicação das desigualdades nos países da América Latina e Caraíbas, o que nos leva a concluir que a localização geográfica é uma variável relevante no estudo da relação crescimento-desigualdade. Na América Latina e Caraíbas, o crescimento económico tem exercido um efeito sobre as desigualdades no sentido de as reduzir. Esta é uma conclusão importante se tivermos em conta que estes países são os que apresentam níveis de desigualdade mais elevados.

O crescimento económico é também significativo para explicar as desigualdades de rendimento nos países colonizados, em que mais crescimento tem contribuído para reduzir de forma significativa as desigualdades. Este efeito é mais relevante nos países que foram colonizados por Portugal ou por Espanha. Tal acontece provavelmente porque a colonização de Portugal e Espanha, diferente das outras colonizações, foi uma colonização cultural direta, também chamada de administração direta, feita através do contacto próximo com os colonizados, enquanto os outros países optaram por uma colonização indireta (Lawrence, 2016).

Por fim, os resultados relativos ao tipo de regime político dos países mostram que o crescimento económico só é significativo nos países com sistema político autocrático, isto é, nos países mais autoritários o crescimento económico contribui para a redução das desigualdades de rendimento. Tal poderá resultar do facto de, como referem Tavares & Wacziarg (2001) e Knutsen (2010), regimes ditatoriais aumentarem o crescimento económico através do canal de poupança e investimento, ou seja, mais crescimento em países autocráticos tende a favorecer a poupança e o investimento, o que pode ter um efeito importante na redução das desigualdades.

5. Conclusões

Esta dissertação analisou empiricamente de que modo é que o crescimento económico influencia as desigualdades na distribuição de rendimentos em países em desenvolvimento. Foram usados dados em painel e estimadas, por efeitos fixos, várias regressões, com o objetivo de avaliar o impacto do crescimento económico sobre as desigualdades e como é que esse impacto varia de acordo com as características económicas, institucionais e políticas dos países em desenvolvimento.

De acordo com os resultados, verificamos que, em termos globais, o crescimento económico exerce um efeito negativo sobre as desigualdades de rendimento nos países em estudo e no período em causa, embora a significância desse efeito não seja muito elevada.

Ao desagregarmos os países por localização geográfica, concluímos que o crescimento económico é mais significativo na explicação das desigualdades nos países da América Latina e Caraíbas. Nestes países, o crescimento tem exercido um efeito relativamente importante na redução das desigualdades. Esta é uma conclusão relevante se tivermos em conta que estes países são os que apresentam níveis de desigualdades mais elevados. Por outro lado, concluímos também que, nos países colonizados, em especial naqueles que foram colonizados por Portugal e por Espanha, ao crescimento económico têm estado associadas reduções nos níveis de desigualdade, o que não se verifica nos países que não foram colonizados.

Por fim, os resultados relativos ao tipo de regime político mostram que o crescimento económico só é significativo na redução das desigualdades nos países com sistemas políticos autocráticos. Em sistemas políticos mais democráticos, o crescimento económico não é uma variável relevante na redução das desigualdades.

Poderemos dizer que o objetivo traçado inicialmente para este estudo foi alcançado: foi possível confirmar que as características institucionais, económicas ou políticas dos países em desenvolvimento condicionam o impacto do crescimento económico sobre as desigualdades e que diferenças a estes níveis podem estar na origem da heterogeneidade encontrada em estudos anteriores sobre o tema. Para além disso, os resultados obtidos podem contribuir para a tomada de decisões de políticas socioeconómicas, uma vez que eles nos sugerem que o efeito do crescimento económico sobre as desigualdades depende da heterogeneidade dos países.

Para uma investigação futura, poderá ser interessante explorar melhor os mecanismos de transmissão que possam explicar os diferentes efeitos do crescimento económico sobre as desigualdades de rendimento. Tendo em conta os resultados que obtivemos, será de esperar que diferentes mecanismos operem em diferentes contextos institucionais, económicos e políticos.

Referencias bibliográficas

- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2002). The Political Economy of the Kuznets Curve. *Review of Development Economics*, 6(2), 183-203.
- Alesina, A., & Rodrik, D. (1994). Distributive Politics and Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 109(2), 465-490.
- Anderson E., Esposito L, Duvendack M, & Jalles d'Orey MA (2014). What policies and interventions have been strongly associated with changes in incountry income inequality? A Systematic Review Protocol. London: EPPI-Centre, Social Science Research Unit, UCL Institute of Education, University College London
- Andrews, D., Jencks, C., & Leigh, A. (2011). The Contributions Do Rising Top Incomes Lift All Boats? Do Rising Top Incomes Lift All Boats? *Journal of Economic Analysis & Policy*, 11(1), 1-45.
- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2003). Inequality and growth: What can the data Say? *Journal of Economic Growth*.
- Barro, R. J. (2000). Inequality and growth in a panel of countries. *Journal of Economic Growth*, 5, 5-32.
- Barro, R. J. & Lee, J. W.(2013). A new data set of educational attainment in the world, 1950-2010. *Journal of Development Economics*, 104, 184-198.
- Binatli, A. O. (2012). Growth and Income Inequality: A Comparative Analysis. *Economics Research Internacional*.
- Bleaney, M., & Nishiyama, A. (2004). Income inequality and growth – does the relationship vary with the income level? *Economics Letter*, 84(3), 349-355.
- Bourguignon, F., & Verdier, T. (2000). Oligarchy, democracy, inequality and growth. *Journal of Development Economics*, 62(2), 285-313.
- Bowman, K. S. (1997). Should the Kuznets Effect be Relied on to Induce Equalizing Growth: Evidence from Post-1950 Development. *World Development*, 25(1), 127-143.
- Castello, A., & Dome, R. (2002). Human capital inequality and economic growth : some new evidence. *The Economic Journal*, 112, 187-200.
- Castelló, C. A. (2010). Inequality and growth in advanced economies: An empirical investigation. *Journal of Economic Inequality*, 8(3), 293-321.
- Chambers, D. (2010). Does a rising tide raise all ships? The impact of growth on inequality Does a rising tide raise all ships? The impact of growth on inequality. *Applied Economics Letters*, 17(6), 581-586.
- Chambers, D., & Krause, A. (2010). Is the relationship between inequality and growth affected by physical and human capital accumulation? *Journal of Economic Inequality*, 8(2), 153-172.
- Chen, B. (2003). An inverted-U relationship between inequality and long-run growth. *Economics Letter*, 78, 205-212.
- Clarke, G. R. G. (1995). More evidence on income distribution and growth. *Journal of*

- Development Economics*, 47(2), 403-427.
- Coady, D., & Dizioli, A. (2017). Income Inequality and Education Revisited: Persistence, Endogeneity and Heterogeneity. IMF Working Papers No. 17/126.
- Costa, J. M.,(2007). Teorias de Crescimento Econômico: Um Estudo Comparado (Dissertação do mestrado). Universidade Estadual Paulista - UNESP. Araraquara, Brasil.
- Cowell, F. (2015). Inequalities and Their Measurement. In *Measuring Inequality* (pp. 1-20).
- Deininger, K., & Squire, L. (1998). New ways of looking at old issues: inequality and growth. *Journal of Development Economics*, 57(2), 259-287.
- Deininger, K., & Olinto, P. (2000). Asset Distribution, Inequality, and Growth. *Policy Research Working Paper*, 2375.
- Deininger, K., & Squire, L. (1996). A New Data Set Measuring Income Inequality. *The World Bank Economic Review*, 10(3), 565-591.
- Eusufzai, Z. (1997). The Kuznets hypothesis : An indirect test. *Economics Letters*, 54, 81-85.
- Forbes, K. J. (2000). A reassessment of the relationship between inequality and growth. *American Economic Review*, 90(4), 869-887.
- Frazer, G. (2006). Inequality and Development Across and Within Countries. *World Development*, 34(9), 1459-1481.
- Galor, O., & Tsiddon, D. (1996). Income Distribution and Growth : the Kuznets Hypothesis Revisited. *The London School of Economics and Political Science*, 63(250), 103-117.
- Galor, O., & Zeira, J. (1993). Income Distribution and Macroeconomics. *Review of Economic Studies*, 60(1), 35-52.
- Greenwood, Jeremy & Jovanovic, B. (1990). Financial Development, Growth, and the Distribution of Income Boyan Jovanovic. *The Journal of Political Economy*, 98(5), 1076-1107.
- Gupta, D. (1990). The economics of political violence. *New York. NY, Prager*.
- Halter, D., Oechslin, M., & Zweimüller, J. (2014). Inequality and growth: the neglected time dimension. *Journal of Economic Growth*, 19(1), 81-104.
- Harrod, R. F. (1939). An essay in dynamic theory. *Economic Journal*, 49(193), 14-33.
- Herzer, D., & Vollmer, S. (2012). Inequality and growth: Evidence from panel cointegration. *Journal of Economic Inequality*, 10(4), 489-503.
- Huang, H. R., Fang, W., Miller, S. M., & Yeh, C. (2015). The effect of growth volatility on income inequality . *Economic Modelling*, 45, 212-222.
- James, P.; & Palen, R., (2007). *Globalization and Economy, Vol. 3: Global Economic Regimes and Institutions*. London: Sage Publications
- Jones, Larry E e Manuelli, R. (1990). A Convex Model of Equilibrium Growth: Theory and Policy Implications. *Journal of Political Economic*, 98(5), 1008-1038.
- Khalifa, S., & El Hag, S. (2010). Income Disparities, Economic Growth, and Development as a Threshold. *Journal of Economic Development*, 35(2), 23-36.
- King, R. G & Rebelo, S. (1990). Public Policy and Economic Growth: Developing Neoclassical Implications. *Journal of Political Economy*, 98(5, Part 2), 126-150.

- Knowles, S. (2005). Inequality and Economic Growth: The Empirical Relationship Reconsidered in the Light of Comparable Data Inequality and Economic Growth. *The Journal of Development Studies*, 41(1), 135-159.
- Knutsen, C. H. (2010). *The Economic Effects of Democracy and Dictatorship Chapter 2 : Democracy*. University of Oslo.
- Lawrence, A. (2016), "Colonial Approaches to Governance in the Periphery: Direct and Indirect Rule in French Algeria" paper presented at the Colonial Encounters and Divergent Development Trajectories in the Mediterranean," Harvard University.
- Lee, J. (2006). Inequality and globalization in Europe. *Journal of Policy Modeling*, 28, 791-796.
- Li, H., & Zou, H. (1998). Income Inequality is not Harmful for Growth: Theory and Evidence. *Review of Development Economics*, 2(3), 318-334.
- Lucas Jr., R. E. (1988). On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, 22(1), 3-4.
- Lundberg, M., & Squire, L. (2003). The Simultaneous Evolution of Growth and Inequality. *The Economic Journal*, 113(487), 326-344.
- Mah, J. S. (2003). A note on globalization and income distribution – the case of Korea , 1975 - 1995. *Journal of Asian Economics*, 14, 157-164.
- Majumdar, S., & Partridge, M. (2009). Impact of Economic Growth on Income Inequality: A Regional Perspective. *Economics Association 2009 AAEA and ACCI Joint Annual Meeting*, 1-12.
- Mankiw, N. G. (1995). The Growth of Nations. *Brookings Papers on Economic Activity*, 1, 275-326.
- Mbaku, J.M. (1997), Inequality in Income Distribution and Economic Development. *Journal of Economic Development*, 22(2), 57-67.
- Neves, P. C., & Silva, S. M. T. (2014). Inequality and Growth: Uncovering the Main Conclusions from the Empirics. *The Journal of Development Studies*, 50(1), 1-21.
- Neves, P. C., Afonso, Ó., & Silva, S. T. (2016). A Meta-Analytic Reassessment of the Effects of Inequality on Growth. *World Development*, 78, 386-400.
- Nissim, B.D. (2007). Economic growth and its effect on income distribution. *Journal of Economic Studies*, 34(1), 42-58.
- Odedokun, M. O., & Round, J. I. (2001). Determinants of Income Inequality and its Effects on Economic Growth Evidence from African Countries. African Development Bank, 25-26. Discussion Paper No . 2001 / 103
- OECD. (2011). *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*. OECD Publishing.
- Papanek, G. F., & Kyn, O. (1986). The effect on income distribution of development, the growth rate and economic strategy. *Journal of Development Economics*, 23, 55-65.
- Perotti, R. (1996). Growth, Income Distribution, and Democracy: What the Data Say. *Journal of Economic Growth*, 1(2), 149-187.
- Persson, T., & Tabellini, G. (1994). Is inequality harmful for growth? Comment. *American*

- Economic Review*, 87(3), 600-621.
- Polpibulaya, S. (2015). *Trade Openness and Income Inequality*. Clemson University.
- Randolf, S. M., Lott, W. F., (1993), Can the Kuznets Curve be Relied on to induce equalizing Growth. *World Development*, 21(5), 829- 840.
- Robinson, S. (1976). A Note on the U Hypothesis Relating Income Inequality and Economic Development. *The American Economic Review*, 66(3), 437-440.
- Romer, P. M. (1990). Endogenous Technological Change. *The Journal of Political Economy*, 98(5), 71-102.
- Romer, P. M., Journal, T., Oct, N., & Romer, P. M. (1986). Increasing Returns and Long-Run Growth. *The Journal of Political Economy*, 94(5), 1002-1037.
- Rubin, A., & Segal, D. (2015). The effects of economic growth on income inequality in the US. *Journal of Macroeconomics*, 45, 258-273.
- Ruttan, V. W. (1998). The new growth theory and development economics: A survey. *Journal of Development Studies*, 35(2), 1-26.
- Shin, I. (2012). Income inequality and economic growth. *Economic Modelling*, 29(5), 2049-2057.
- Silva, S. da F. (2017). Efeito 'trickle-down' do crescimento económico e desigualdade de rendimentos: uma análise da UE15, 1970-2015. *Metallurgical Transactions A*. Elsevier B.V.
- Solow, R. M. (1957). Technical change and the aggregate production function. *The Mit Press*, 39(3), 312-320.
- Srinivasan N., T. (1995). *Long-Run Growth Theories and Empirics: Anything New?* (eds Takatoshi Ito and Anne O. Krueger, Ed.) (Vol. 4). Chicago: University of Chicago Press.
- Tavares, H., & Wacziarg, R. (2001). How democracy affects growth. *European Economic Review*, 45, 1341-1378.
- Treillet, S. (1999), Les gouvernements impuissants face à l'inégalité en Amérique Latine. *Monde en développement*, 27, 65-70.
- Voitchovsky, S. (2005). Does the Profile of Income Inequality Matter for Economic Growth? *Journal of Economic Growth*, 10(3), 273-296.
- Wahiba, N. F., & Weriemmi, M. El. (2014). The Relationship Between Economic Growth and Income Inequality. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 4(1), 135-143.
- Yang, Y., & Greaney, T. M. (2017). Economic growth and income inequality in the Asia-Pacific region: A comparative study of China, Japan, South Korea, and the United States. *Journal of Asian Economics*, 48, 6-22.

Páginas Online

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19830> License: CC BY 3.0 IGO

<https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/pwt-releases/pwt9.0>

<https://www.wider.unu.edu>

<https://www.fraserinstitute.org/studies/economic-freedom-of-the-world-2015-annual-report>

<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>

<https://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>

<http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>

<https://www.cntsdata.com/>

<https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>

Anexos

Países de Estudo

Turkey, South Africa, Argentina, Bolivia, Brazil, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Mexico, Nicaragua, Panama, Paraguay, Peru, Venezuela, Dominica, Grenada, Guyana, Belize, Jamaica, St. Lucia, St. Vincent and the Grenadines, Suriname, Islamic Republic of Iran, Iraq, Jordan, Lebanon, Syria, Egypt, Yemen, Afghanistan, Bangladesh, Bhutan, Myanmar, Cambodia, Sri Lanka, India, Indonesia, Lao P.D.R., Malaysia, Maldives, Nepal, Pakistan, Philippines, Thailand, Vietnam, Djibouti, Algeria, Angola, Botswana, Burundi, Cameroon, Cape Verde, Central African Republic, Chad, Comoros, Republic of Congo, Democratic Republic of the Congo, Benin, Equatorial Guinea, Ethiopia, Gabon, Gambia, Ghana, Guinea-Bissau, Guinea, Cote d'Ivoire, Kenya, Lesotho, Liberia, Libya, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritania, Mauritius, Morocco, Mozambique, Niger, Nigeria, Zimbabwe, Rwanda, São Tomé and Príncipe, Senegal, Sierra Leone, Somalia, Namibia, Sudan, Swaziland, Tanzania, Togo, Tunisia, Uganda, Burkina Faso, Zambia, Fiji, Papua New Guinea, Tonga, Armenia, Azerbaijan, Belarus, Albania, Georgia, Kazakhstan, Kyrgyz Republic, Bulgaria, Moldova, Russia, Tajikistan, China, Turkmenistan, Ukraine, Uzbekistan, Cuba, Serbia, Montenegro, Mongolia, Macedonia, Bosnia and Herzegovina, Romania.